

POLÍTICA

politica@j.com.br



LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

Protesto

Mais uma vez a tribuna da Câmara de Jundiá foi usada na noite de ontem para manifestações de representantes de sindicatos. Assunto: a reforma da Previdência. As mudanças ao projeto já apresentado no ano passado serão divulgadas hoje (19), mas as poucas alterações disponibilizadas não trouxeram efeito positivo para a população.

Homenagem

Os escoteiros de Jundiá estiveram no plenário da Câmara de Jundiá, ontem à noite. Os grupos foram homenageados pelos vereadores e depois se agruparam para uma foto com os parlamentares. Vestidos a caráter e com seus 'gritos de guerra', eles tomaram conta das cadeiras, quebrando a rotina na Casa de Leis.

Balanco

O deputado estadual Junior Aprillanti (PSB) comemorou, no último dia 10, 100 dias representando o Aglomerado Urbano de Jundiá (AU) na Assembleia Legislativa Paulista. Aprillanti já fez mais de 100 proposições com demandas da Região. O balanço deste período será apresentado no próximo dia 24, na Câmara de Jundiá, a partir das 19h.

Pediu para sair

O presidente do PSD, Osmil Crupe, estaria encaminhando seu afastamento da direção do partido. Segundo fonte, ele conversou com a base partidária em uma reunião e alegou querer descansar e cuidar da família. O assunto está aguardando a discussão com o diretório Estadual para a definição do substituto. O vereador Cristiano Lopes é o vice.

Não procede

O ex-prefeito de Jundiá Pedro Bigardi (PSD) desmentiu a informação de que estaria de mudança para o PDT. Segundo ele, seu interesse é disputar as eleições de 2018 na vaga de deputado estadual. Bigardi se reuniu recentemente com a cúpula nacional do partido para tratar de sua candidatura. "Se tiver outras candidaturas é algo legítimo", comenta o ex-prefeito.

Monitoramento

O prefeito de Vinhedo, Jaime Cruz (PSDB), sancionou, ontem, a lei 3.751/17, de autoria da vereadora Ana Genezini (PMDB), que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de sistema de segurança baseado em monitoramento por câmeras de vídeo nas escolas, Centros de Educação Infantil (CEIs), Unidades Básicas de Saúde, secretarias e demais órgãos da Prefeitura de Vinhedo.

SESSÃO ORDINÁRIA EM JUNDIÁ

Texto, de autoria de Edicarlos Viera (PSD), foi discutido no Plenarinho antes de ir à votação, e aprovado com emenda

Projeto sobre proibição em licitações prevê pena de 5 anos

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

A pauta de apenas seis itens da sessão da Câmara de Jundiá, ontem, não era extensa, mas causou discussões entre os parlamentares. O projeto de lei do vereador Edicarlos Viera (PSD) - que veda a participação em licitações e contratação de empresas cujos sócios ou proprietários tenham condenação por improbidade administrativa, crimes contra a administração pública ou outros ilícitos que envolvam recursos públicos - necessitou de interrupção da sessão para discussão do tema e criação de emenda para ampliar prazo de restrição, que passou de dois anos para cinco, para que as empresas reabilitadas possam voltar a participar de licitações.

O texto foi o primeiro projeto de lei de autoria do vereador Edicarlos a ser apreciado pela Casa. "Este é o primeiro projeto a ser apresentado. Dá até um frio na barriga", comenta o parlamentar, ao explicar a necessidade de restrições a empresas com problemas decorrentes de irregularidades no recebimento de recursos públicos. Pelo texto original, sócios e proprietários



VOTAÇÃO Sessão da Câmara de ontem teve interrupção para criação de emenda para projeto de restrição à participação em licitação

de empresas condenadas por improbidade ficam impedidos de participar de licitações por dois anos.

O vereador Paulo Sérgio Martins (PPS) solicitou interrupção para discutir a ampliação do prazo. "Criminalmente, o prazo para que a pessoa se reabilite e volte a ser rú primário é de cinco anos. O prazo

estabelecido no projeto era de apenas dois. O Edicarlos acatou a sugestão dos vereadores. É um projeto ótimo. Antes só existia a restrição com relação a impostos federais", comenta. A emenda foi aprovada.

A moção de autoria do vereador Wagner Ligabó (PPS) de apoio à posição do presidente do Tribunal Superior do Traba-

lho, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, pela extinção da obrigatoriedade de recolhimento da contribuição sindical dos trabalhadores foi aprovada com 14 votos favoráveis contra três contrários.

Segundo turno
Apesar de aprovada por unanimidade, a proposta de

emenda à Lei Orgânica de Jundiá, de autoria do vereador Faouz Taha (PSDB), sobre atribuições da Guarda Municipal alavancou discussões sobre a atuação das forças de segurança na cidade. O vereador Paulo Sérgio Martins (PPS) que também é delegado da Polícia Civil, afirmou que tem recebido respostas não satisfatórias para as solicitações e ofícios feitos à corporação municipal. "Recebo respostas que informam que a responsabilidade da Guarda é sobre os próprios públicos. E isso me incomoda", diz. Em defesa, o vereador Valdeci Vilar (PTB) apontou a falta de atuação da Polícia Militar do Estado de São Paulo. "Quando penso em segurança, a Polícia Militar me vem à mente, e esta não tem cumprido o seu papel. Não podemos atribuir responsabilidades à GM", alfineta.

Além destes itens votados, o projeto de autoria do prefeito municipal Luiz Fernando Machado (PSDB), que altera o Plano de Cargos e Salários da prefeitura, foi aprovado. Já o projeto do vereador Marcelo Galdino (PTB), sobre regular o uso de aparelho portátil de reprodução de música em locais de acesso público, foi adiado para o próximo dia 2.

MAIOR ADESAO

Servidores da Câmara de Louveira aderem à greve

O clima foi tenso na noite de ontem na Câmara de Louveira e a sessão ordinária teve de ser suspensa. Com a adesão dos servidores da Casa de Leis à paralisação, iniciada na semana passada pelos funcionários públicos da prefeitura, houve confusão na entrada do prédio e a Guarda Municipal foi acionada. O dissídio de greve foi protocolado na Justiça do Trabalho e deve ser julgado em breve. O movimento grevista foi deflagrado há 15 dias por conta da aprovação, na Câmara, de projeto de lei para reajuste de 1% aos servidores.

O presidente do Sindicato dos Funcionários

Públicos de Valinhos, Louveira e Morungaba, Valteni Santos, não informou a quantidade de trabalhadores paralisados, contudo, na semana passada, a greve registrava adesão de 70% dos servidores, em todas as categorias. Ontem, contudo, o movimento ganhou a adesão dos 26 concursados da Câmara de Louveira. Ainda ontem, os pais de alunos matriculados nas escolas municipais receberam recado de que não haverá monitorias nas unidades.

Justiça do Trabalho Segundo sindicalista, o reajuste de 1% - aprovado na Câmara - foi

encaminhado para a Justiça do Trabalho e deve ser julgado em breve.

A Prefeitura de Louveira irá se manifestar hoje sobre o assunto. De acordo com a última nota encaminhada, "a administração está acompanhando a greve e fez a revisão possível da remuneração. Como é de conhecimento de todos, estamos passando por uma crise sem precedentes, e as medidas de contenção não se tratam de opção, mas de obrigação de um administrador responsável. A administração reitera o seu apreço aos servidores mas aguarda o retorno de todos e a volta da normalidade." (L.M.)



SESSÃO SUSPensa Câmara esteve repleta de gente na noite de ontem e houve confusão

PROJETO

Reforma terá idade mínima de 62 anos para mulher se aposentar

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse ontem (18) que o projeto de reforma da Previdência trará uma diferenciação na idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres. "Não há definição ainda, na medida em que o relatório será apresentado hoje, mas a visão do relator é algo que se situa ao redor de 62 anos [para as mulheres; 65 anos para os homens]."

A mudança vai constar do substitutivo elaborado pelo relator da reforma da Previdência, deputado Arthur Maia (PPS-

BA), ao texto original enviado pelo governo. Pela proposta original do Executivo, as mulheres teriam acesso ao benefício da aposentadoria a partir dos 65 anos, mesma idade dos homens. A equiparação gerou reação de vários setores e motivou intensa negociação entre o governo e os parlamentares. O parecer deve ser lido hoje (19) na comissão especial da Câmara que debate o tema.

Meirelles esteve reunido ontem, no Palácio da Alvorada, com o presidente Michel Temer, outros ministros e deputa-

dos da base aliada do governo. Segundo Meirelles, as mudanças que estão sendo negociadas com o Congresso são necessárias para viabilizar a aprovação de um projeto que assegure a eficiência e eficácia fiscal da reforma. Ele disse ainda que todas as mudanças já estão precificadas, e o governo espera que a reforma se aproxime 80% da proposta original. "É uma reforma que está dentro dos parâmetros que definimos como importantes para que o equilíbrio fiscal do país seja restabelecido", disse o ministro. (Agência Brasil)

Andrade & Latorre Participações S.A.
CNPJ nº 20.931.227/0001-67

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária Realizadas Concomitantemente em 29/04/2016
I - Data, Hora e Local: 29 de abril de 2016, às 10h00 horas, na sede social, na Av. Antônia Pires Bernardino, nº 1300 - 11º Andar - Bairro Guás Guarás, em Jundiá-SP. II - Forma de Convocação: Por edital publicado no "D.O.E.S.P" nos dias 29, 30 e 31 de março de 2016, e no "Journal de Jundiá", de Jundiá, nos dias 29, 30 e 31 de março de 2016. III - Presenças: Acionistas representando 74,80% do capital social. IV - Composição da Mesa: Presidente - Luiz Antonio Latorre; Secretário - Adilson Cosoloni; V - ORDEM DO DIA: a) Letura, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31/12/2015; b) Destinação do Resultado do Exercício; c) Distribuição de Dividendos e de Juros Remanescentes do Capital; d) Eleição da Diretoria e fixação do seu mandato; e) Assuntos gerais de interesse social. VI - Deliberações: a) Apresentados, discutidos e aprovados os documentos a que se refere o item "a" do ordeno do dia, os quais estiverem à disposição dos acionistas pelo prazo legal e foram publicados no "D.O.E.S.P" no dia 29/03/2016 e no "Journal de Jundiá", de Jundiá em 29/03/2016. b) O lucro do exercício de 2015, no importe de R\$ 33.602.058,49, já deduzida a contribuição para reserva legal, será destinado pela seguinte ordem: "Reserva de Lucros a Distribuir", e será distribuído aos acionistas na forma e prazos que vierem a ser definidos pelas administrações da sociedade. c) Realizados os pagamentos de juros remuneratórios do capital e dividendos, relativos aos acionistas no período de 01/06/2015 a 29/04/2016. d) Formam selos e, implicitamente, empossados, na forma da lei, com mandato até a próxima A.G.O., os Srs. Luiz Antonio Latorre, brasileiro, casado em comunhão universal de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.298.193-4-SSP/SP e inscrito no CPF (IME) sob nº 014.983.118-15, residente e domiciliado na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo, na Avenida André Costa, nº 377, Bairro do Corrupira, CEP 13.214-739 - Diretor-Presidente; Adilson Cosoloni, brasileiro, casado em comunhão universal de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.152.029-5-SSP/SP e inscrito no CPF (IME) sob nº 014.983.468-72, residente e domiciliado na Rua Alberto Antonio, nº 85, Condomínio Quinta das Laranjeiras, Bairro do Arhangabaú, na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo, CEP 13.208-022 - Diretor Vice-Presidente; e os Diretores Antonio Carlos Gonçalves, brasileiro, casado em comunhão universal de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.830.887-5-SSP/SP e inscrito no CPF (IME) sob nº 010.000.388-01, residente e domiciliado na Rua Castro Martinho, 160, Jardim Morumbi, na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo, CEP 13.209-270; Luiz Carlos Semovatto, brasileiro, casado em comunhão universal de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.815.484-SSP/SP e inscrito no CPF (IME) sob nº 054.790.018-15, residente e domiciliado na Rua Maestro Manuel Antunes, 50, Jardim da Fonte, na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo, CEP 13.216-010 e Antonio Latorre, brasileiro, casado em regime de separação de bens, residente em 28/12/1984, engenheiro de controle e automação, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.667.054-0-SSP/SP inscrito no CPF (IME) sob nº 21.747.1738-76, residente e domiciliado, na Avenida André Costa, nº 377, Bairro do Corrupira, na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo, CEP 13.214-739. Os Diretores reeleitos e representantes Declaração de Desimpedimento para o exercício do cargo que se acha arquivada na sede da sociedade. Aprovada a remuneração mensal global da Diretoria, até o valor de 150 (cento e cinquenta) vezes o limite de isenção da tabela progressiva do imposto de renda, que será rateada entre os diretores, como melhor convier, em reunião com ata lavrada em livro próprio. Realizados os reajustamentos de honorários da Diretoria efetuados no decorrer do mandato que hoje se encerra. VII - Deliberações: Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade de votos, abstenção de os legítimos impedidos. VIII - Encerramento: Lavrada, lida e aprovada, segue assinada por todos os presentes, Jundiá, 29 de abril de 2016. aq) Luiz Antonio Latorre - Presidente da Mesa; Adilson Cosoloni - Secretário da Mesa; Acionistas: Luiz Antonio Latorre, Maria Elisabete Latorre, Maria Lidia Latorre, Daniela Frasesconi, Daniela Latorre, Mariana Ferraro, Mariana Latorre, Polerini, Antonio Latorre, Luciliana Latorre Noronha, Luiza Administração de Bens S/A, Lucilene Latorre Noronha - Diretora, Marilene Latorre Scarparo, Maria Amélia Latorre Betele, Bento do Amaral Gurgel Nello, Silvana Latorre de Amaral Gurgel, Christiane Latorre de Amaral Gurgel, Antonio Latorre de Oliveira Lima, Mariângela Latorre de França, Sílvia Paulo Sérgio Latorre, Francisca Silveira, Roberto Casagrande Filho, Theresia Andrade Reinhold e Antonio Carlos José Zanetti. Visto: Arquivado Social - OAB/SP 79428. JUCESP nº 328.287/16 em 25.07.16. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.